

ENTREVISTA AO PROFESSOR MÁRIO FARELO

Explorando a História e o Futuro da Universidade do Minho

Por Daniella Monteiro - Abril de 2024



Professor Mário Farelo

Entrevistadora: O senhor é atualmente professor do Departamento de História do Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho e tem uma carreira extensa de pesquisa e estudo sobre história medieval em Portugal, especialmente sobre Lisboa medieval e universidades. Como o senhor vê a importância desses estudos não apenas para a compreensão do passado de Portugal e da Europa medieval, mas também para o ensino e pesquisa da Universidade do Minho?

Ainda, como a instituição pode aproveitar essa expertise para promover o desenvolvimento acadêmico e cultural tanto dentro quanto fora dos muros da universidade?

Mário Farelo: Antes de mais, muito obrigado, Daniella, pelo convite e, obviamente, é um prazer poder participar nestas atividades que acabam por ser letivas também, não é? A função do professor não

é só estar à frente de um grupo, é também participar nestes trabalhos de formação e, obviamente, é com muito gosto que o faço.

Em primeiro lugar, antes de responder a uma pergunta bastante complexa, é preciso dizer que a visão que eu vou dar é de um recém contratado professor da Universidade do Minho, há cerca de um ano. Portanto, é essa a visão, não é de alguém que está enraizado na instituição há muitos anos. A minha ligação à UMinho é recente e sobretudo é de um investigador, aquilo que fui nos últimos vinte anos. Eu creio que podemos dividir, e obviamente temos de dividir, as suas perguntas, em três grandes partes. Relativamente à importância do estudo de Lisboa e da história medieval para a compreensão do passado, é importante sublinhar que a compreensão do passado é uma necessidade que é transversal à sociedade. Pensemos, por exemplo, quando estamos a fazer turismo, quando vamos para um sítio novo, em grande medida nós vamos ver os locais históricos, monumentos, museus, portanto, esta necessidade de aprender o passado, eu diria que é intrínseca a toda a população. Da mesma que acontece com o consumo de livros, publica-se muito e consome-se muitos livros também de história. Da mesma forma que as novas formas de turismo, por exemplo, no turismo religioso, no turismo industrial, têm muita ligação com a história. E, portanto, o historiador, e é nessa função que eu me coloco agora, a sua responsabilidade é, de uma forma geral, reconstituir esse passado. Com as ferramentas que temos, sem sensacionalismos, tentar reconstituir aquilo que teria sido o passado. Não é necessariamente aquilo que aconteceu. Ao contrário do que muitas pessoas pensam, a função

do historiador seria essa, mas obviamente é uma missão difícil porque nós não sabemos, e sobretudo se falamos para tempos mais anteriores. Nós não sabemos aquilo que aconteceu e só podemos medir ou reconstituir esse passado na medida das fontes que nós temos. Se quisermos fazer história de forma rigorosa nós não podemos ir muito além das fontes. E é sem sensacionalismos que nós trabalhamos. Essa missão é essencialmente codificar o passado para que as pessoas consigam entendê-lo. Tornar esse passado mais inteligível para a população em geral. Portanto, desde esse ponto de vista a minha missão é transmitir conhecimento, mas também, procurar tornar esse passado compreensível e essa reconstituição a mais científica possível para a população. E isso é ao nível da história medieval em geral. Obviamente, o meu estudo da Lisboa medieval pode ir nesse sentido porque Lisboa foi, no período medieval, a cidade mais importante do Reino a partir do século XIII, mas pode ser também visto no âmbito da missão de investigação da Universidade do Minho. E aqui eu creio que nós temos duas dimensões. Por um lado, todas as universidades portuguesas, de uma forma geral, acabam por se especializar em assuntos de uma forma mais regional. Portanto, se tivermos a falar ao nível da história, a Universidade do Algarve e a Universidade de Évora se especializam, sobretudo, naquela história do Sul. As universidades de Lisboa, mais na história com uma geografia mais ou menos ali entre Lisboa e Vale do Tejo, vamos para Coimbra, ao centro, e se formos para o Porto e para o Minho, obviamente, especializam, de certa forma, nessa geografia. Porque, obviamente, é a geografia que está mais próxima, em que os arquivos estão mais próximos. É mais fácil, em Braga, ir ao Arquivo Distrital de Braga e estudar temas relacionados com essa documentação. Por exemplo ir para o Arquivo de Portalegre, ou de Beja. Essa proximidade geográfica é importante e há também uma ligação com a sociedade. Obviamente, tem que haver sempre uma grande ligação entre a universidade e a sociedade que a envolve, ou na qual ela participa e, portanto, todas essas duas dimensões fazem com que haja uma certa especialização. Portanto, eu, estudando sobretudo Lisboa, obviamente, irei fortalecer um bocadinho a investigação que se faz na Universidade



Arquivo Distrital de Braga - Unidade cultural da UMinho

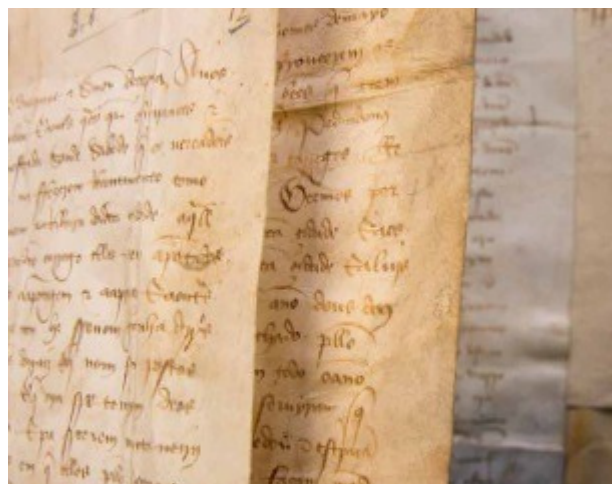
do Minho, ligando sobretudo a questão da investigação aos centros de investigação, neste caso, ao Lab2PT, que é a unidade de investigação a qual eu estou vinculado. E, portanto, se falar com que os interesses de investigação do Lab se possam diversificar, não ficando somente presos nesta questão da geografia regional, mas alargando para outras geografias como, por exemplo, Lisboa. Por outro lado, a minha investigação também vai ser alterada porque eu vou ter também que me aproximar um bocadinho desta zona, desta regionalidade. Eu vou também ter que começar a estudar o caso Braga. É nesta geografia que eu agora me posiciono, sem explorar Lisboa, por causa da docência, tenho que fazer orientações e, sobretudo, para essa gente. Na história eclesiástica, que é uma das áreas onde eu me especializei, tem essa facilidade de ser, no período medieval, tanto Braga como Lisboa, os únicos dois arcebispados. Isso tem essa vantagem que seria interessante promover alguma comparação. Portanto, é essa ideia de, por um lado, eu poder trazer Lisboa para investigação do Lab2PT e por outro lado também alargar um pouco aquilo que tenho vindo a fazer à casa e obviamente tudo isso é um plano de fundo de uma internacionalização. A ideia aqui é também que minha investigação possa ajudar a internacionalização da Universidade do Minho.

Entrevistadora: Agora, considerando a sua expertise em Paleografia e Codicologia, especialmente no contexto da era digital em que vivemos, como o senhor vê a evolução desses campos e sua influência no ensino e na pesquisa da Universidade do Minho, bem como o papel da

da instituição na preservação e estudo desses documentos históricos e manuscritos?

Mário Farelo: Nós temos aqui um bocadinho de charneira, porque hoje, com o desenvolvimento desta inteligência artificial, faz com que haja uma grande evolução dos programas, dos cursos, para procurar conseguir ler letras antigas, instrumentos, programas para facilitar a paleografia diplomática, isso é uma coisa, não é? Temos aqui um conjunto de cursos que está a começar a levar à ideia que a máquina consegue substituir, de facto, o investigador, por um lado. E, por outro lado, temos também um pouco o desinvestimento que as universidades têm vindo a fazer nos últimos anos a esse nível, todo este envolvimento da era digital não ajuda também a minorar essa questão - a ideia de que, na verdade, as máquinas vão fazer tudo e, portanto, não vale a pena investir em UCs específicas de paleografia. Isto tem vindo a ter grandes impactos no sentido de extinguir unidades curriculares ou então de torná-las opcionais, o que faz de facto diminuir a oferta a este nível. Isto é uma questão. Como é que nós podemos ver o futuro dessa perspectiva? Eu não creio que seja de eliminar, obviamente, a máquina. Ela é, na verdade, um acelerador. A máquina vem facilitar muito o trabalho de quem está a ler documentação inédita. E, desse ponto de vista, deve ser incentivada porque, obviamente, nós podemos eventualmente, num dia, transcrever dois fólios de texto, enquanto a máquina poderá transcrever quatro ou seis fólios. Isso é uma coisa. A máquina servirá sempre, e creio que é essa a função dela, acelerar o trabalho do investigador. Agora, terá que sempre haver o investigador que irá, por um lado, corrigir a máquina e, por outro lado, fazer com que ela aprenda, porque ela não aprenderá sozinha. Obviamente, a máquina é importante e poderá ler com um grau de confiança até 95%, por exemplo, neste momento muitos dos sistemas conseguem ler a 85-90% e no futuro certamente conseguirão atingir mais do que 95%, ou seja, conseguem ler, conseguem transcrever praticamente tudo. Agora, a questão é perceber se leram bem, não é? E a questão, portanto, o lugar do investigador que sabe a paleografia de uma forma geral, nunca pode estar extinto porque ele tem que, na verdade, sempre corrigir aquilo que a máquina faz.

E, portanto, desse ponto de vista, haverá sempre uma necessidade de paleografia diplomática. Agora, no caso aqui da Universidade do Minho, nós não estamos muito mal, no sentido em que tem havido uma preservação grande, na verdade, de unidades curriculares, obviamente sempre ao nível da opção, mas que permita de facto aos alunos, aos discentes, ter algum contato com essa área. E na verdade eu penso que no futuro o ideário é fortalecer, dentro do seio do tratamento de História, eu creio que há alguma unanimidade em termos de não deixar cair esta área e fortalecê-la, que obviamente é importante. Porque se nós queremos formar licenciados em História, obviamente, e é esse o desiderato, que irão ter profissões muito diversas, poderão ser investigadores no âmbito de uma câmara municipal, poderão ser investigadores de carreira, poderão estar ligados a vários âmbitos e, portanto, muitas das vezes poderão ser, de facto, chamados a ler documentação inédita. Portanto, faz todo o sentido. E para além do mais, se nós queremos fazer avançar a ciência, esse avanço poderá ser feito com a releitura das fontes, mas também muitas vezes terá que ser feito com novas leituras de fontes inéditas. E, tanto ao nível do mercado de trabalho quanto ao nível da produção de uma carreira de investigação, é importante as pessoas conseguirem ler documentação inédita. Eu não digo aqui que se tornem paleógrafos, que sejam especializados na área, mas que pelo menos consigam ter essa capacidade para, no âmbito da sua atividade profissional ou científica, serem chamados a ler documentação antiga, ou pode não ser muito antiga, mas que tenha uma caligrafia fora do usual.



Manuscritos da Idade Média

Eu acho que faz todo sentido. É um pouco à contracorrente daquilo que é cada vez mais aceito - promover esse estudo. Eu creio que é fundamental, até porque com essa relevância social que cada vez mais o historiador tem, ele tem de ser chamado cada vez mais a decodificar. E faz todo o sentido que seja capaz de ler essa documentação inédita.

Entrevistadora: Considerando a importância histórica da mobilidade estudantil na formação das universidades europeias na idade média, bem como a sua pesquisa sobre o papel das redes de comunicação na disseminação do conhecimento, como o senhor percebe a relevância desse conceito para uma universidade relativamente jovem, como a Universidade do Minho, especialmente em um contexto contemporâneo, digital e globalizado? Ainda, como essa instituição pode se beneficiar e se destacar na promoção da mobilidade acadêmica e na construção de redes de comunicação acadêmica tanto a nível nacional quanto a internacional, considerando a sua experiência e expertise nesses temas?

Mário Farelo: A mobilidade é intrínseca ao estudante. Estudar equivale praticamente sempre a viajar. Assim foi na Idade Média e assim foi nos dias de hoje. Era tão comum, que a historiografia não deixou de associar este movimento a outros atos de circulação de pessoas, como a peregrinação. Assim, a *peregrinatio academica* remete para a circulação dos estudantes, seja local, regional ou internacionalmente. E, apesar das diferenças entre as épocas, as razões da *peregrinatio academica* que se iniciou no século XII e XIII, ainda se mantêm: a falta de oportunidades na região de partida, o prestígio das universidades estrangeiras, entre outras. E depois também, como ainda hoje, a ideia de ir estudar no estrangeiro em universidades mais prestigiadas, como que fosse uma ajuda para depois se integrar no mercado de trabalho. E estas duas vertentes continuam a existir. A questão da mobilidade estudantil é mais complexa, no sentido em que pretende que haja aqui uma promoção, por exemplo, das competências transversais, ou seja, vamos para o estrangeiro não somente por essas duas razões que eu expliquei, mas sobretudo também para consolidar essas competências transversais, sobretudo das línguas, por exemplo.

É uma forma de consolidar a questão linguística e ir estudar no estrangeiro. E faz todo o sentido que a promoção dessa ligação, dessa ida para o estrangeiro seja incrementada. No caso da UMinho, nós temos um pouco essa facilidade. Existem já, desde há muitos anos, relações privilegiadas com a Galiza, com o norte da Espanha, e portanto, há uma estreita ligação a esse nível da mobilidade, tanto de portugueses que vão estudar na Galiza, como de galegos que vêm a estudar entre o norte. E desse ponto de vista a questão funciona muito bem. E aqui a ideia é consolidar, creio eu, essas redes, promovendo para outros destinos, a este nível. E aqui temos que distinguir também a questão da formação e a questão da investigação. Porque, ao nível da investigação acaba por ser mais fácil, um recurso grande de bolsas ou tutelas em que as pessoas podem usar. Ao nível da formação é mais a questão, diríamos, o programa Erasmus, que já tem muitos anos e que poderia ser, eu diria, aprofundada a relação, no sentido em que, muitas vezes, alguns estudantes não conhecem bem isso. Portanto, uma das formas que se poderia, de facto melhorar essa mobilidade seria apresentar aos alunos esses programas. Não quer dizer que não seja feito, mas eventualmente poderia se tornar mais prioridade, esse incentivo mostrando aquilo que existe, fortalecendo as parcerias. Isto depende da parceria que cada universidade tem, poderia ser interessante desenvolver um programa que também pudesse desenvolver essas parcerias.



Universidade do Minho - Campus Gualtar

Entrevistadora: Minha última pergunta é em relação à evolução das universidades e à formação de redes de solidariedade ao longo da história. Como o senhor acredita que a Universidade do Minho pode continuar a crescer e se desenvolver nos próximos 50 anos, aproveitando essas lições aprendidas com o passado e se adaptando aos desafios contemporâneos?

Mário Farello: 50 anos é um horizonte bastante longo, e, há aqui que ter uma noção muito precisa do nicho que representa a Unidade Unida, que, obviamente, trata-se de uma universidade de recrutamento regional, que tem que lidar com uma competição regional com a Universidade do Porto, a UTAD e também a questão da comparação. Há sempre aquela questão da comparação. Nós temos essa contingência que é a escala que nós temos e depois a comparação e a competição com as outras. Faz todo o sentido, por um lado, apostar nessa internacionalização que a Universidade do Minho tem vindo a fazer, sobretudo com os seus parceiros, como já referimos, ali mais do norte da Espanha, a botar nas áreas de excelência da UMinho, sem subalternizar as outras áreas. Portanto, certamente as universidades, nenhuma delas consegue ser excelente em tudo, não é? E, portanto, faz sentido consolidar as áreas em que as universidades já são excelentes e, por outro lado manter, ou se possível, promover ainda mais outras áreas de excelência, sabendo que, como eu disse, não consegue ir à todo lado. Nas nossas áreas de história faz sentido promover esta ligação à preservação e ao estudo do património e da documentação. Não esquecer que a Universidade do Minho é uma das únicas universidades do país juntamente com a Universidade de Coimbra que tutela arquivos históricos de grande dimensão - o Arquivo Distrital de Braga é uma unidade cultural da Universidade e faz todo o sentido que desde logo nós aprofundemos essa ligação ao arquivo distrital, sem dúvida. Essa ligação é feita através de estudos, do acolhimento que o arquivo dá a estágios ou eventualmente aulas que alguns de nossos colegas do departamento de facto realizam no arquivo distrital. Faz sentido essa ligação e, sobretudo também, sem nos substituímos aos profissionais do arquivo, poder ajudar naquilo que o arquivo também precisa, ao nível da compreensão de documentos, da promoção de estudo histórico-estudial de algum fundo.

Há aqui sinergias que podem ser valorizadas. Outra área que também poderá ser interessante é desenvolver parcerias para áreas nas quais não existe grande atração. Podemos pensar num doutoramento de paleografia diplomática a nível nacional. Obviamente nós não teríamos escala suficiente para ter um doutoramento em paleografia, certamente, mas juntando todas os interessados, as universidades poderiam, em vez de se manterem nas suas áreas, nas suas instruções específicas, promover um doutoramento que fosse nacional. Teríamos recursos suficientes humanos para promover um doutoramento que, nunca teria milhares ou centenas de pessoas, mas pelo menos responderia à necessidade que alunos tanto do Minho, como de Lisboa, de Évora ou do Algarve sentiriam. Eu creio que a Universidade do Minho poderia apostar nestas sinergias que são sempre difíceis. Obviamente, as universidades têm sempre que responder aos seus, têm limitações nas parcerias que podem fazer. mas eu acho que num futuro esses desafios poderiam ser, de facto, essa integração em redes formativas de escala não tanto regional, mas talvez, eventualmente, nacional e Paleografia é um caso que poderia ser interessante.



*Daniella Monteiro Cavalheiro
Mestrando de Humanidades Digitais
Universidade do Minho*